

O Mundo como Base de Dados

Luís Carlos Nogueira
Universidade da Beira Interior

Um dos traços distintivos daquilo que se poderia designar, genericamente, como a Era do Digital é o facto de a informação, nas suas diversas formas e num espectro cada vez mais vasto de actividades e campos de estudo e de prática (da medicina à indústria, das telecomunicações aos transportes, da economia ao entretenimento), se ter tornado no valor essencial de troca (e aqui não falamos apenas do seu valor económico, mas também do seu valor epistemológico, performativo e simbólico). Sendo um mecanismo de controlo – das máquinas, das ideias, das verdades – e de poder, e um conceito fulcral e quase dominador dos discursos, das estratégias e das seduções, ela obriga-nos a inventar novas narrativas, novas enciclopédias e novos programas. De certa forma, impôs-se em todos os momentos da vida: na compreensão dos fenómenos, na construção dos discursos, na troca de bens, na governação da polis.

A informação (ou melhor, a sua importância social, económica e política) e as suas tecnologias são constitutivas – é onde adquirem a sua mais cabal expressão - do mundo ocidental. Ela não se impôs necessariamente na vida de todos, e as constatações e os alertas que frequentemente vêm a público tentando dar visibilidade aos info-excluídos (esses alvos passíveis e passivos de discrimina-

ção que é necessário proteger democraticamente) assim o atestam. Mas, para o que nos interessa, devemos não perder de vista o facto de muitos dos jogos de verdade e poder (e não só a verdade científica e não só o poder político, mas a verdade subjectiva e o poder diário) passarem cada vez mais pela posse, interpretação e valor da informação.

O surgimento da lógica das hiperligações terá consequências enormes e ainda insuspeitas na recepção das mensagens, na arquitectura dos processos mentais e semióticos, na gestão e navegação no mundo de dados armazenados e o desenvolvimento dos motores de pesquisa será outro aspecto fundamental para a instauração de novos regimes de uso e pesquisa de informação e construção de sentidos e quadros referenciais. Talvez o grande contributo do modelo das hiperligações seja a sua capacidade de se apresentar como uma boa analogia para aquilo que é o funcionamento da consciência e o devir do mundo: informação gerida por associações, remissões, articulações, crises e interrupções, percepções e significações. Para entender as modalidades de circulação e recepção da informação actualmente, o modelo das hiperligações (e os motores de pesquisa, no fundo uma modalidade mais potente e abreviada mas estruturalmente semelhante) é uma figura poderosa e tenderá a disseminar-

se a todas as formas de comunicação.

A televisão interactiva, por exemplo, mesmo que se encontre ainda numa forma rudimentar e a escala da sua evolução seja de consequências e sentido incertos, promete instaurar novas rotinas (e novos acasos) nos conceitos de programação, recepção e obra com o possível óbito (ou pelo menos reformulação) dos modelos de difusão de conteúdos centralista e hierarquizada (fim das estações e fim dos horários nobres como os conhecemos). Estou em crer que se verificará a tendência para uma espécie de individualização nos tempos, escolhas e acessos aos conteúdos informativos. A garantia dessa individualização é de certa forma subsidiária da noção de hiperligação (e a televisão interactiva, não deixando de ser um produto da tão falada convergência, acabará por dever, estou em crer, muito mais e de uma forma bastante significativa ao modelo mais flexível da internet que ao caduco modelo televisivo): é com o fim da lógica linear assente no paradigma do livro que de certo modo estruturou todos os modelos de comunicação dominantes (a televisão, a rádio, o cinema) e com o surgimento das hiperligações que se passa do modelo da grelha (ou da estante) para o que se poderia chamar, metaforicamente, o modelo da rede, com as implicações na organização e difusão do saber que daí advêm. Claro que a lógica estrutural convencional da narrativa, a procura de fechamento do sentido e procura de uma moral, a disposição sequencial e inteligível dos acontecimentos continuam a ser determinantes para a fruição da informação, a formação do conhecimento e a vivência das ficções; o que aconteceu foi apenas a fragmentação e multiplicação das entradas e das saídas no universo amplo e rizomático do mundo-base

de dados, da vida-informação, a introdução na escolha individual da possibilidade exponencial das selecções, das interrupções, dos caminhos, no fundo, modos novos de navegação no território da informação. Ou seja: o nosso próprio desempenho como motores de pesquisa e catalogadores será reequacionado e o nosso modo de processar e tratar a informação reconfigurado. E com isso serão (mais uma vez) as próprias instâncias de significação a mudar: da escrita à biblioteca, da biblioteca à base de dados, da leitura intensiva à amostragem, do filme ao clip, novas formas de valorizar as mensagens e trabalhar a informação estão (já) aí para nos interpelar.

Para cada um a sua identidade de espectador ou leitor ou ouvinte ou cibernauta, a cada um o seu produto ou serviço; tornamos agentes e alvos num mesmo processo. Se existe para muitos o receio de que, por detrás da aparente liberdade de movimentos, estejamos cada vez mais dispostos (ou condenados) a ser "programados", é inegável que estes dispositivos de especificação da oferta e da procura trazem um aliciante: a possibilidade de escolha. Que essa possibilidade de escolha seja de certa forma um veículo para a circulação de publicidade por parte dos anunciantes (ou seja, mais um instrumento para a perpetuação do mercado), e que de certo modo os nossos gostos e escolhas acabem por funcionar como uma espécie de endereço publicitário para aqueles que querem comercializar os seus produtos não nos deve espantar. Afinal de contas, e isso é bem perceptível na internet (ou, se quisermos ser mais paradoxais, em alguns órgãos de informação regionais), no fundo a publicidade entrou já (ou reentrou) num regime de parcial equivalência com a informação jornalística ou artística e, estou em crer, essa pro-

miscuidade acentuar-se-á no futuro, queiramos ver aí algo de eticamente reprovável ou aceitável.

Cada vez mais é determinante olharmos como agentes na paisagem comunicacional. E ser agente implica, também, uma espécie de vigilância. Que aqui se fale dessa estratégia de precaução ou resistência e se veja nela algo como uma armadura ética ou uma defesa política que a alguns podeá parecer reaccionária e a outros urgente, ela é bem necessária no sentido em que o reforço das possibilidades tecnológicas abertas pela cibernética (rapidez de acesso, capacidade de armazenamento e manipulação de dados, histórias, imagens e notícias, excesso e dispersão da informação) reivindica das novas faculdades de agenciamento um sentido aviado e crítico.

De algum modo, vivemos já o momento em que o assalto final da informação se fez sentir em cada acto e decisão levada a cabo, seja ela empresarial, subjectiva, política, técnica ou outra. Porquê? Porque parece ser na informação, enquanto utensílio teórico ou matéria subjacente a todo e qualquer fenómeno, que se pode encontrar a resposta para todo e qualquer problema. Não que todas as matérias, metodologias e linguagens se equivalham. Mas, de algum modo, estudar, medir e calcular, logo depois agir, parece ser a tática comum. De certa forma estamos a assistir ao rastreamento perpétuo dos rendimentos, dos dramas, dos tráfegos, dos gostos para depois proceder à criação de padrões, trajectos e perfis. O mundo é cada vez mais estatístico, mais *data* para ser gerida. E o facto de o cálculo de probabilidades se ter tornado o modo predominante de administração das vontades - no que vai lado a lado com a proliferação do consumo e a presun-

ção inescapável de um mercado, condição de existência de públicos, logo factor determinante da produção de bens - pode não ter por trás um simples desejo de domínio político ou económico do indivíduo: algo como uma necessidade poderá esconder-se nesses instrumentos estatísticos de gestão das mensagens e dos valores; não é fatal que seja na averiguação de médias, maiorias e padrões que se encontre a resposta para a necessidade de um rumo de acção - política, cultural ou social -, mas não deixará também de ser consensual que, sendo o mundo cada vez mais visto como uma base de dados (um depósito de descrições, números, factos), o tratamento estatístico destes acabe por se revelar, até ao momento, como a melhor forma de controlar a entropia, ou seja, a melhor forma de processar a informação em conhecimento (atribuir ao universo humano a inteligibilidade possível, enunciar destinos e desenhar projectos). Que o conhecimento produzido - dos gostos, das necessidades, das vontades - seja eticamente questionável não nos deve impedir de ver que se trata de uma forma de conhecimento, uma condição para vencer a inércia e gerir a produção de bens e serviços económicos, culturais ou políticos.

De certa forma, aquilo que de mais significativo as facilidades introduzidas pelas formas de comunicação digitais trouxeram foi a integração, para cada indivíduo, do macrocosmo com o microcosmo e a entrada dos regimes de acção subjectiva em modalidades de equivalência: o próximo e o longínquo, o global e o local, o jornalístico e o pessoal, o funcional e o estético parecem cada vez mais indistricáveis. E este fenómeno parece-me simbolizar a grande vantagem democrática da paisagem mediática digital: mesmo se não comunicamos melhor ou mais, comuni-

camos diferente. E na medida em que esta constatação se assume como um desafio, não lhe seremos, precisamente, indiferentes. Ou seja, redesenhámos o contacto com o mundo (ligados que estamos nessa espécie de rede que é como que uma segunda pele do cosmos e de que a internet é o instrumento mais visível e paradigmático) e as formas de comunicação mediada tecnologicamente deram-nos novas possibilidades de contacto com as entidades e as pessoas que nos estão mais próximas (e esta proximidade é já bem mais moral, afectiva ou política que física, mais da ordem da configuração dos veios íntimos que das distâncias geográficas). Que agora possamos receber no telemóvel ou no correio electrónico notícias do mundo, do nosso desporto preferido ou dos filmes em exibição na nossa cidade como da data de aniversário de um amigo, do saldo de uma conta ou do valor de uma acção na bolsa e que entre cada uma destas mensagens não se verifiquem quase desníveis, hierarquias ou privilégios, mas tão só adequações pragmáticas, isso só demonstra que a democratização, ou melhor, a liberalização da informação parece ser, agora sim, uma realidade (mas não se veja aqui nada de messiânico, pois como atrás se disse, as consequências destes estados e regimes das tecnologias da informação e da comunicação – decisivas que são na nova ordem das subjectividades - são por enquanto pouco mais que intuídas).

Que esta tendência para a individualização dos destinatários não significa o crepúsculo dos meios de comunicação generalista é bem óbvio (e uma série de fenómenos na paisagem audiovisual ou literária estão aí para nos o provar). O que está em vias de acontecer, e que me parece merecer mais atenção ao nível dos estudos de comunicação e dos

enunciados políticos que sobre ela são feitos, é talvez o abandono daquilo que há já algum tempo parece caminhar para a obsolescência: o paradigma da maléfica massificação e a viragem para o mais radical nóculo do processo comunicacional: o sujeito. Talvez se possa ver nos detractores indefectíveis dessa cultura de massas uniformizante ainda um vestígio de um sentir (não necessariamente nefasto, e que não recuso) aristocrático, elitista e erudito do mundo e do saber, com os seus privilégios, exclusividades e vaidades, que os novos regimes de produção de conteúdos (comunicacionais, artísticos ou ideológicos) têm vindo a minar. Que não se veja aqui a aceitação acrítica ou resignada da massificação, bem pelo contrário: o que se procura aqui constatar é que a massificação corresponde a uma fase necessária do desenvolvimento das formas de comunicação e que as novas questões que no enredo mediático se colocam têm mais a ver com o pluralismo do que com a uniformidade. Importa-me questionar a consistência dessas denúncias por duas ordens de razões: será certo que a massificação é inevitavelmente má e que o combate que lhe movamos pode apenas ter por objectivo a sua irradicação? E será que ela ainda aí está tão visível quanto durante muito tempo nos pareceu? Quer queiramos quer não a massificação, longe de ser exclusivamente aquilo que muitos vêem como a nefasta e apocalíptica tendência para a homogeneização tantas vezes denunciada, é também uma espécie de cimento social, algo que constitui como que a matéria indispensável para a existência de um edifício político – de certa forma é o travão da entropia, para o bem e para o mal é ela que determina rumos sociais, estéticos, morais ou políticos. Não podemos esquecer

o seu contributo para a formação de consensos, indispensável aos regimes de tolerância em que, com as suas imperfeições, reconhecemos viver - não isentos de conflito, é certo, nem de tentações totalitaristas, nem de erros e desvios indesejáveis. No fundo, não será a massificação condição de existência de algo como uma organização humana? Não será ela, mais que uma vontade da maioria, um sentir da maioria? Ou seja, mais da ordem do estético que do político? Onde e como se separa o comodismo da harmonia? Questões que é necessário colocar, pois da caracterização que lhe atribuamos depende a reivindicação de resistência que lhe devotemos. Se optarmos por este ponto de vista, estou em crer que o que mais importa questionar nesta nova configuração mediática é, antes, se a sociedade tende, actualmente, a encontrar espaço para novas formas de tribalismo, ou seja, pluralismo. E, neste aspecto, naquilo que seria uma espécie de metamorfose das sociedades de massas, parece-me inevitável concluir que, desde há uns anos a esta parte (e se calhar este fenómeno remonta aos movimentos vanguardistas do início do século – actos de reivindicação das diferenças e de resistência) uma certa forma de fragmentação da paisagem mediática tem vindo a acontecer: os canais televisivos, as estações de rádio ou as publicações temáticas podem bem ser entendidos como um limiar para aquela que seria a nova (possível, talvez desejável, mas não inevitável) configuração tribal do quadro mediático. Fragmentação favorecida, nos dias de hoje, pela estrutura acentrada e assíncrona das hiperligações dominante nos meios de acesso à informação, ultrapassado que parece estar a ser o modelo “o mesmo para todos”, mudança essa que parece confirmar o incremento da potência liberal do agir:

o favorecimento da escolha. Ora, aquilo em que me parece que a era do digital mais contribuiu para esta nova realidade é nas comodidades e potencialidades que abriu ao nível da recolha, tratamento e difusão de informação, a formação de novos espaços e públicos diferenciados. Colher informação é cada vez mais uma apetência oferecida pela tecnologia ao comum cidadão. A mesma lógica se aplica ao seu tratamento e a disseminação do software assim o atesta. E ainda à sua transmissão, como bem o comprova a internet. Mais que a distribuição do top do share televisivo importa questionar talvez se as franjas que não aparecem representadas nos programas mais vistos ou nas músicas mais ouvidas ou nos espectáculos mais frequentados estão a diminuir ou não. Porque, julgo, são esses indicadores que nos ajudam a medir o grau de pluralismo das sociedades contemporâneas.

Se temos a sensação que o mundo cada vez mais se torna numa espécie de notação e caracterização estatística e que a medição se torna a premissa do seu controlo, não podemos dar de barato que isso significa um apagamento do sujeito. Cada indivíduo tem agora maior facilidade em construir a sua comunidade de receptores - e nisso, que é a possibilidade de refazer as suas condições de sujeito, a tecnologia abriu sem dúvida novas portas. O sujeito tem que ser visto mais e mais como uma partícula, mas uma partícula determinada, voluntarista, intérprete de um jogo político, mediático, económico e social cada vez mais complexo - o que não significa necessariamente opaco. Talvez neste paradoxo – o controlo do indivíduo, ainda que discreto, parece avançar lado a lado com o incremento do poder de escolha, ainda que este mal disfarce os constrangimentos que o

tolhem - se jogue a complexidade da fenomenologia social contemporânea, para a qual a crise do agir autónomo parece mostrar-se como a face visível dessa insuficiência explicativa, sem que contudo essa ideia de crise esgote as hipóteses de entendimento deste conflito entre o regime político das médias, maiorias e audiências e o espaço do voluntarismo que ciclicamente o indivíduo vem nele inscrever.

Se me parece que o que se pretende é que nenhuma informação se perca ou se ignore, e que o seu tratamento e transmissão sejam cronometricamente sempre optimizados, porque toda ela tem o seu contributo a dar para a praxis social, política, económica, científica, estética, o sujeito é cada vez menos inocente nesse fenómeno e a sua irrupção cada vez mais notada.

Procurar e transmitir informação nunca foi, no fundo, privilégio de jornalistas e media, mas era, de alguma forma, através deles que ela adquiria o seu valor e a sua certificação. O que se nota agora é que toda a informação, independentemente da sua fonte ou canal, parece prestes a esbater os contornos com que antes se discriminava e assumir um valor cada vez mais homogéneo, bem como uma circulação mais integrada: uma espécie de base de dados global ou um mundo em forma de base de dados infinita parece ser a destinação futura. Não que toda a informação, todo o saber, todas as ideias, todos os valores se indiferenciem. Acontece apenas que aquilo que já se adivinhava no tão criticado esbatimento das altas e das baixas culturas, que tão apegadas elegias suscitou, vem sucedendo de forma aparentemente imparável: nada na nossa herança histórica e cultural garante *a priori* o seu privilégio sacro, todas as verdades e crenças estão sujeitas ao

consenso e à transitoriedade.

Uma humanidade reduzida a números, a jogos, a permutas? Haverá sempre algo residual a resistir à estatística, à computação, ao cálculo. E aquilo que resiste é o fundo emocional do indivíduo, a sua capacidade de julgamento, a sua assumpção de regimes éticos e estéticos próprios. Mas talvez mesmo as emoções estejam cada vez mais a ser enformadas e estruturadas pelo valor e qualidade da informação que as serve. A capacidade de sentir (esse território tão vago e inviolável) e a de decidir (esse engenho aparentemente tão cristalino e razoável) sempre dependeram da qualidade da informação. Não terá já muito sentido desfraldar a bandeira da liberdade contra um *big brother* vigilante, manipulador e punitivo (aliás, e há aqui uma espécie de anedota irónica, o Big Brother tornou-se mesmo, para muita gente, o irmão que se calhar nunca tiveram, como a televisão se calhar é para muitos o confidente com quem nunca dialogaram), mas nesta contemporaneidade de estímulos e estratégias de sedução que à lei do mercado tudo submetem (de um filme a um frigorífico, de uma praia a uma guerra, de um jornal a um livro) o sujeito só pode estar, ele mesmo, vigilante: as ferramentas que lhe prometem a libertação são também aquelas que lhe escondem a armadilha onde se pode ver enredado. Se nos propomos respostas para este estado paradoxal do indivíduo no interior das novas cidadanias electrónicas e mediadas, elas só podem vir de um cuidado de si que não se deixa fixar em fórmulas e que não pode assumir nunca uma espécie de fechamento, uma vez que o domínio do social e a forma como nos movemos politicamente nos intervalos estatísticos que enformam a sociedade e pesquisamos as matérias com que construímos o

eu neste mundo tecnológico e de infindáveis bases de dados que constituem uma espécie de cosmogonia inescapável, dependem umas vezes de estratégias de camuflagem, outras de guerrilha e outras de resignação. Da formação de laços e espaços pluralistas e tolerantes que sirvam a criação de afinidades tribais.

Uma espécie de utopia se parece desenhar no horizonte, silenciosa e dócil: a qualquer momento, em qualquer lado, pesquisar e trocar informação, de forma instantânea e eficiente. No fundo, impor à (ou dispor a) informação (n)uma grelha espaço-temporal, com as suas coordenadas, distâncias, trânsitos e fusos precisos. Se antes a arte, a religião ou a política pareciam desempenhar papel fulcral nos regimes de reconhecimento do mundo e contextualização das existências, as tecnologias da informação parecem agora querer substituir-se-lhes como motor universal. Uma visão cibernética do mundo pode ser algo que o futuro nos queira oferecer. Um mundo de escolhas, de processamento, de imponderáveis verdades, de consumo de informação, de ruídos e redundâncias, de sinais e sentidos.

Aceitarmos ou não a presença nessa grelha, partilharmos ou não o seu modo de funcionamento, reconhecermos ou não a sua validade é algo que em muito escapa ao indivíduo. No fundo, e isto não tem nada de resignação política, antes de discernimento factual, sabemos bem que a estrutura da rede ou do sistema é aquilo que nos assegura um lugar na teia social. Cada um não é mais que uma soma de dados, passível de entrar nesse trânsito plural que nos põe em movimento entre as esferas do político, do social, do económico, do estético? É, e é sempre mais que isso. Mas aquilo que ele acrescenta, aquilo

que o individualiza é também aquilo que o objectiviza. Ter consciência dessa dupla face ou do gume duplo que corta de um lado e do outro no mesmo movimento é a única forma que se reserva a cada um para poder ser o autor das suas narrativas, das suas ficções e das suas performances. Jogar implica também ser jogado. E a identidade é o resultado (o conteúdo) do jogo que fazemos com a informação, enquanto indivíduos e enquanto sociedades.